

Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0021047

RANDO ACCIOLY

F
92
A171

CHATEAUBRIAND,
DIPLOMATA

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

F 923
C492Ya
ex. 2

HILDEBRANDO ACCIOLY

B0001047

CHATEAUBRIAND,
DIPLOMATA

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

F923
C492/oa
ex 2

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
BIBLIOTECA

NUMERO	DATA
F 1130	14/8/56

*Conferência promovida pela
"Associação de Cultura Franco-
Brasileira" e pronunciada no
dia 15 de Outubro de 1948, no
Pálacio Itamaraty.*

A vocação literária, todos o sabem, está muitas vezes ligada à diplomacia. Nada há, pois, de estranhável em que Chateaubriand, cuja «vocação invencível», conforme escreveu Thibaudet, foi a de homem de letras, tenha sido também diplomata.

Mas a verdade é que ele nunca se fez um profissional da diplomacia e como que só a serviu por acidente. De fato, em sua longa vida, a parte que lhe dedicou foi curta e episódica.

Seu primeiro pôsto na *carreira* foi o de secretário de Embaixada, em Roma. Anos antes, havia levado vida aventureosa, como emigrado, durante a qual servira no exército dos príncipes de Bourbon, fôra ferido em combate, se refugiara na Inglaterra, onde passou *miséria*. Voltando à França em 1800, graças à anistia concedida por Bonaparte, pareceu disposto a aderir à nova ordem de cousas. Em 1802, era publicada a Concordata do ano IX, com a qual o Primeiro Cônsul procurou restabelecer a paz religiosa na França, e aparecia o «Gênio do Cristianismo», que constituiu a mais calorosa apologia da Religião restaurada. Bonaparte quis então, seguramente, atrair Chateaubriand, ainda mais, ao círculo dos seus adeptos e lhe ofereceu aquêlo cargo.

Escritor já famoso e ainda jovem — tinha apenas 34 ou 35 anos de idade — não teria ele talvez aceito o oferecimento se a isto não houvesse sido levado por algum ou alguns motivos poderosos. Ele próprio, em ocasiões diversas, alegou três ou quatro, um dos quais, proclamado com ênfase, era o interêsse de «ser útil à Religião». Outro, mais provável, teria sido a notícia de que a boa Senhora com quem se casara havia apenas dez anos, mas que deixara esquecida na Bretanha, desde sua emigração, queria, como

era natural, reunir-se ao marido, em Paris. Esta versão se encontra em carta por êle dirigida a um amigo íntimo, na qual confessou: «O receio de me reunir a minha mulher lançou-me, pela segunda vez, fora da pátria».

Em suas maravilhosas «Mémoires d'outre-tombe», porém, a história foi contada diferentemente e de maneira mais poética. Para forçá-lo a aceitar o convite, tinham-lhe dado a entender — é êle quem o afirma — que, «não sendo muito notável a inteligência do Cardeal Fesch», destinado, por Bonaparte, à Embaixada em Roma, Chateaubriand seria o verdadeiro orientador dos negócios da missão, — o que, naturalmente, haveria de lisonjear sua vaidade. Teria, no entanto, hesitado ainda, se não fôsse a idéia de que o clima da Itália poderia quiçá salvar a vida a Pauline de Beaumont, que êle induziria a passar os Alpes, logo que chegasse a Roma.

Efetivamente, a filha de Monsieur de Montmorin, a bela *hirondelle*, voou ao encontro do sedutor René, menos talvez à busca de melhoras para uma saúde que se esvaía sem esperanças de cura, do que em procura de carinhos que já não seriam os mesmos de antanho. Ainda acreditaria ela na afeição daquele a quem, tão perdidamente, dedicara o seu amor? Não saberia que, pouco antes de partir, êle estava dispensando as melhores de suas atenções a Delphine de Custine, a quem escrevia cartas das mais apaixonadas? Talvez não o ignorasse e daí — quem sabe? — a sua frase desoladora, transcrita nas «Mémoires d'outre-tombe»: «Minha morte» — escreveu Pauline — «seria uma tristeza momentânea para alguns, um bem para outros, e para mim o maior dos bens».

Como quer seja, Mme de Beaumont partiu, atraída por aquêle a quem chamaram «le magicien» e «l'enchanteur». Chateaubriand foi encontrá-la em Florença: seu estado era tal, que ela mal tinha a fôrça de sorrir.

Chegando a Roma, melhorou um pouco, mas a melhora durou apenas alguns dias. Em começos de novembro de 1803, morria nos braços do ente adorado, na casinha solitária que êste lhe arranjara ao sopé do Pincio e entre laranjeiras. Ao longo do muro de uma das capelas da igreja de S. Luís dos Franceses, em Roma, vê-se ainda hoje a efígie de Pauline, no modesto monumento de mármore que Chateaubriand consagrou à sua memória.

Já êle ardia, então, por mudar de pôsto. Bonaparte criara uma legação na republicazinha do Valais e decidira mandá-lo para lá como ministro. Teria, assim, a desejada transferência e uma promoção.

Voltou, pois, a Paris, em janeiro de 1804, a fim de receber instruções e se preparar para a mudança.

Não chegou, contudo, a partir, porque, em fins de março, tendo ouvido a notícia do fuzilamento do duque d'Enghien, resolveu demitir-se, como sinal de protesto.

Muitos anos passou então distante da diplomacia, à qual só voltaria em 1821, sem entusiasmo e como compensação de ordem política. No longo intervalo, viajou, escreveu, encheu-se de glória e de amores, penetrou na política.

Orgulhoso e cheio de ambições, aspirava a altas posições, não prôpriamente para realizar algum programa, mas antes, de certo, para poder brilhar ainda mais entre os seus contemporâneos.

Em 1814, quando se decidiu a tomar parte ativa nas lutas políticas, já haviam aparecido suas grandes obras literárias, exceto, naturalmente, as «Mémoires d'outre-tombe». Sua sêde de glórias, por êsse lado, já estava satisfeita. Outras poderiam chegar-lhe por meio da política.

Para iniciar esta nova carreira, soube escolher o momento propício, — isto é, aquêle em que Napoleão lutava desesperadamente contra os Aliados, que se aproximavam de Paris. «Foi naqueles dias críticos» — escreveu — «que lancei meu folheto

De Buonaparte et des Bourbons, para fazer pender a balança : sabe-se qual o seu efeito. Joguei-me perdidamente na luta, para servir de escudo à liberdade renascente, contra a tirania ainda de pé, cujas forças eram triplicadas pelo desespêro».

O opúsculo era um ataque cerrado ao regime que estava a cair, ou, antes, ao homem que o encarnava, e um hino de louvores à velha monarquia dos Bourbons. Sua repercussão foi grande e, segundo o próprio autor, Luís XVIII teria declarado mais tarde que o dito folheto lhe fôra mais proveitoso do que um exército de cem mil homens !

Com a Restauração, era de esperar que sua carreira política recebesse grande impulso. Veio-lhe, então, à mente a idéia de publicar as suas «Reflexões políticas», ulteriormente ampliadas sob o título de «A Monarquia segundo a Carta» e nas quais manifestava, um tanto imprudentemente, seus princípios constitucionais.

Luís XVIII não ficou satisfeito com aquela publicação. Felizmente, havia voltado a Paris a duquesa de Duras, pessoa influente na Côrte e com quem Chateaubriand era muito ligado. A duquesa, que lhe permitia dar-lhe o tratamento de irmã, tomou-o sob sua proteção e, à falta de melhor cousa, conseguiu para êle uma Embaixada vaga, a de Estocolmo, junto ao rei Bernadotte. Aquilo estava longe de satisfazer às suas aspirações, mas era, como êle próprio diria, «um osso a roer», que o tiraria um pouco de seus embaraços financeiros.

Entretanto, não lhe foi dado o tempo de ir assumir o novo pôsto. Vieram logo os Cem Dias e Chateaubriand acompanhou o rei a Gand, onde lhe foi confiada, interinamente, a pasta do Interior, na ausência do titular efetivo, então em Londres. De volta a Paris, em julho de 1815, seu prestígio político parecia accrescido. Com efeito, o rei conferiu-lhe a qualidade de par de França e o título de ministro de Estado, o qual constituia, ao mesmo

tempo, excelente sinecura ; além disto, foi-lhe confiada a presidência de um colégio eleitoral, onde, por sinal, pela primeira vez tomou a palavra em público.

Aquêlê prestígio, porém, seria efêmero.

A Câmara chamada *introuvable*, eleita em 1815, não se mostrava apenas reacionária, mas também inexperiente e indisciplinada. Sua impopularidade depressa cresceu, sua influência foi tida como desorganizadora. Dess'arte, um ano apenas depois de eleita, o rei resolveu dissolvê-la. Poucos dias após, Chateaubriand fazia aparecer «*La Monarchie selon la Charte*».

A obra foi mal acolhida pelo soberano e pelo Ministério, sendo considerada como de violenta oposição. A policia recebeu, pois, a ordem de apreendê-la. Simultaneamente, Chateaubriand era riscado da lista dos ministros de Estado, sendo privado — conforme mais tarde acentuou — «de um lugar reputado até então inamovível».

Sua situação financeira mais uma vez se tornou difficil : as dívidas oprimiam-no. Foi nessa época desoladora que, em fins de maio de 1817, encontrou Juliette Récamier, que seria seguramente o maior ou, pelo menos, o mais prolongado amor de sua vida. Já a tinha visto, uma ou duas vêzes, anos atrás. Mas foi só naquela ocasião que entre os dois nasceu a grande paixão mútua que, mais tarde, como amizade sincera, os ligaria por tantos anos.

O encontro realizou-se num jantar, em casa de Mme de Staël, amiga de ambos e então já muito doente. Chateaubriand sentou-se ao lado de Mme Récamier. Vinte e dois anos depois, narrando o episódio, êle assim se exprimiria : «Havia doze anos que eu não a encontrava, e só a tinha visto um momento. Não a olhava ; ela não me olhava. Não trocávamos palavra. Quando, quase ao fim do jantar, ela me dirigiu, timidamente, algumas palavras, sôbre a enfermidade de Mme de Staël, voltei um pouco

a cabeça e levantei os olhos. Recearia profanar hoje, pela boca e na minha idade, um sentimento que conserva em minha memória tôda a sua juventude e cujo encanto cresce à medida que minha vida se retira».

O encantamento fôra recíproco. De um lado, em Juliette, encontrava Chateaubriand uma beleza calma, delicada e, segundo dizem, inacessível a outros homens; uma alma profundamente sensível. Do outro lado, «êle se apresentava» — conforme escreveu Herriot — «ou, antes, êle se impunha, com tôdas as seduções do gênio e tôdas as exigências de um egoísmo sem igual».

Depois de meses difíceis, em que se afastou por completo da vida pública, decidiu Chateaubriand voltar à atividade política, começando a publicar «Le Conservateur», no qual teve colaboradores ilustres. «A revolução operada por êsse jornal» — escreveu êle — «foi inaudita». Há exagêro, sem dúvida, em tais palavras. Em todo caso, é indubitável que a fôlha teve grande êxito e parece haver concorrido bastante para o fortalecimento da oposição, que conduziu afinal à vitória das direitas nas eleições de novembro de 1820 e à modificação do segundo Gabinete do duque de Richelieu. Êste se viu, então, obrigado a dar lugar no Govêrno ao conde de Villèle e ao Sr. Corbière, representantes da tendência vitoriosa.

Chateaubriand esperava, ao que se diz, entrar também no Gabinete. Contentou-se, porém, com ter podido indicar para o mesmo os dois mencionados políticos e com a sua própria nomeação para ministro plenipotenciário junto ao rei da Prússia. Ia assim reentrar na diplomacia, como que por acaso. E partiu, sem grande prazer, para assumir o novo cargo, em janeiro de 1821.

Instalado em Berlim, num velho e grande palácio, na *Unter den Linden*, procurou adaptar-se ao novo trabalho que lhe fôra confiado. A triste Côrte, porém, de Frederico-Guilherme III não tinha bastantes atrativos para êle. De início, pensou que os

hábitos moderados da sociedade berlinense lhe conviriam : à noite — dizia — todo o movimento estava terminado às nove horas e êle se deitava pacatamente, «como se não fôsse embaixador». Por outro lado, a natureza das distrações, os passeios no parque de Charlotemburgo faziam-no recordar os tempos de sua infância e de sua juventude, mas, por fim, já lhe causavam enfado.

Os monumentos da cidade impressionavam-no : eram fortalezas, cujo só aspecto confrangia o coração. Estranhava tais construções, porque, a seu ver, em países habitados e férteis, as fortalezas despertam a idéia de legítima defesa, enquanto em charnecas, num deserto (como era então o caso), «lembram apenas cóleras humanas». «Contra quem são elevados êsses baluartes» — perguntava-se a si mesmo — «se não contra a pobreza e a independência?» No entanto, se tivesse perscrutado melhor o espírito prussiano, teria percebido que aquilo era a exteriorização dos sentimentos arraigados de um povo fundamentalmente belicoso.

Pouco a pouco, contudo, fizera algumas amizades, que o ajudavam a amenizar sua permanência ali. Além disto, conhecera algumas princesas, uma das quais, a duquesa de Cumberland, irmã da rainha da Prússia e futura rainha do Hanover, manteve depois, com êle, afável correspondência.

Na Ópera, de Berlim, conversava com as princesas e, às vêzes, encontrava o rei, que, receoso de o escutarem, lhe confessava em voz baixa detestar Rossini e amar Glück, ou falava na decadência da arte.

Na verdade, as funções diplomáticas não lhe despertavam nenhum entusiasmo; antes pelo contrário. Com efeito, pouco tempo depois de instalado, já escrevia à duquesa de Duras : «Conheço trinta imbecis que seriam excelentes embaixadores».

Em todo caso, seu trabalho, na chancelaria, talvez não fôsse dos mais importantes, mas lhe proporcionava alguma distração, fornecendo-lhe o ensejo de se ocupar de assuntos internacionais da

época, pelos quais se interessava, como, por exemplo, a questão de Nápoles. A política interna da França também o preocupava, e, a tal respeito, submeteu um plano ao seu Ministério dos Negócios estrangeiros, no qual começava por sugerir que se adotasse francamente o governo constitucional. O grave era que, como sucede ainda hoje em muitos casos, êle não estava certo de que os seus officios encontrariam quem se desse ao trabalho de os ler...

A situação na Espanha já era, então, objeto de suas cogitações. Em começos de março de 1821, por exemplo, escrevia ao seu Ministério: «Está dentro das possibilidades que a Espanha transforme prontamente sua monarquia em república: sua constituição deve produzir tal fruto. O rei fugirá ou será morto, ou deposto: não é homem bastante forte para dominar a revolução». Duas semanas depois, insistia: «Tudo é de reccar, da Espanha; a revolução da Península percorrerá suas fases, a menos que se levante um braço capaz de a deter; — mas onde estará êsse braço? — é sempre a questão». «O braço» — responderia êle próprio, quase vinte anos mais tarde — «eu tive a fortuna de o encontrar em 1823: era o da França».

Nada, porém, o distraía bastante, naquela vida pacata: seu desejo mais ardente era encontrar um pretexto para ir a Paris. Encontrou-o na festa do batismo do duque de Bordéus, filho póstumo do duque de Berry. Pediu e obteve, pois, uma licença para assistir a tal festa e chegou a Paris em fins de abril.

Dias depois, tinha a satisfação de ser reintegrado no titulo de ministro de Estado.

Em julho, porém, um voto das direitas contra o Gabinete obrigou Villèle e Corbière a se demitirem. Chateaubriand viu-se também moralmente forçado a exonerar-se de seu cargo diplomático. Fê-lo, contudo, tranquilamente, porque contava com a vitória de seu partido nas próximas eleições. O Ministério de-

veria, então, ser reconstituído e, dessa vez, não seria possível que o esquecessem.

Sua ambição, realmente, era sempre a de ter um pôsto ministerial.

O pleito foi, de fato, favorável aos *ultras*, que se tornaram, de novo, muito fortes. O duque de Richelieu, porém, procurou adiar, quanto possível, a remodelação de seu Gabinete, e só em dezembro se sentiu constrangido a entregar a demissão ao rei.

Logo surgiu o novo Gabinete, cuja figura mais importante era Villèle, que se contentou, no entanto, de ocupar a pasta das Finanças, sendo a dos Negócios estrangeiros confiada ao visconde Mathieu de Montmorency e a do Interior a Corbière, amigo de Villèle. Mais uma vez, Chateaubriand era eliminado da combinação ministerial: davam-lhe como recompensa, a Embaixada em Londres, porque — segundo êle escreveu — «Luís XVIII concordava sempre em afastá-lo».

Apesar da decepção sofrida, não hesitou em aceitar a nova missão, que lhe faria despertar velhas recordações, recordações da sua mocidade, do seu exílio, das penas e alegrias que com êste passara. «A fraqueza humana» — escreveria anos depois — «tornava também para mim um prazer a perspectiva de reaparecer conhecido e poderoso num lugar onde estivera ignorado e fraco». Ali sofrera dificuldades e misérias, mas ali mesmo desejaria recontar, em suas *Memórias*, conforme fêz, aqueles tristes anos de sua vida.

Talvez pensasse também, ao aceitar a designação para Londres, nos prazeres da vida mundana naquela capital, considerada então o centro mais elegante da Europa. Inconstante como era, sua paixão por Mme Récamier já estaria um pouco em declínio, e ali poderia encontrar outras compensações... Por isto mesmo, parece ter arranjado as cousas para evitar que a pobre Mme de Chateaubriand o acompanhasse. Assim, tendo chegado só à me-

trópole britânica, a 5 de abril, já a 28 de maio, em carta à duquesa de Duras, escrevia, enfatuado: «Não sei o que tenho ainda que fazer neste país: tôdas as minhas conquistas estão feitas»... E sublinhava a palavra *conquistas*, como que querendo dar a entender que se tratava antes das amorosas do que das políticas...

Efetivamente, seu êxito nos meios femininos de Londres parecia enorme. «He looks pretty well for a genius!» murmurara a bela Miss Elliott, ao vê-lo pela vez primeira. Outras damas lhe distribuíam sorrisos. Algumas acolhiam complacientemente a sua côrte. Notícias vagas, a tal respeito, atravessavam o canal da Mancha e chegavam a Paris, causando tristeza, inquietações, ciúmes a Mme Récamier, que já começava a descrever das juras, que lhe fazia em cartas, segundo as quais seu único desejo era dela ser amado e tornar a encontrar-se a seu lado.

O trabalho diplomático de Chateaubriand, naqueles poucos meses de missão, não foram marcados por nenhum acontecimento importante. Jactava-se, no entanto, de haver levado a Inglaterra a querer associar-se à França em assuntos a cujo respeito não teria querido consultar esta seis meses antes. Sonhava, naquela época, com a instalação de monarquias no Novo Mundo e achava que a Grã-Bretanha com isso concordaria. O perigo, a seu ver, residia nas repúblicas revolucionárias que estavam surgindo nas colônias espanholas. «Se o Novo Mundo todo fôr algum dia república» — escreveu a seu govêrno — «as monarquias do Velho Mundo morrerão».

Em outro officio — êste último datado de 12 de abril de 1822 — aludia a uma conversa que tivera com Lord Londonderry, ministro dos Negócios estrangeiros, sôbre a mensagem pela qual o Presidente Monroe, dos Estados Unidos da América, aconselhara o Congresso americano a reconhecer a independência das colônias espanholas. Chateaubriand havia dito, a êsse respeito, ao ministro inglês, que os interesses comerciais poderiam tirar alguma vantagem de tal reconhecimento, mas não era provável que o mesmo

acontecesse com os interesses políticos. Já havia bastantes repúblicas no mundo — acrescentara — e aumentá-las seria comprometer cada vez mais a sorte das monarquias na Europa. Lord Londonderry abundara nos mesmos conceitos e ajuntara: «Quanto a nós, não estamos absolutamente dispostos a reconhecer êsses governos revolucionários». Chateaubriand concluía, contudo, o referido officio dizendo que, a seu ver, a Inglaterra, cedo ou tarde, reconheceria a dita independência, forçada pela opinião pública e pelo movimento do comércio inglês.

Em junho ou julho, os negócios da Espanha começaram a preocupar sèriamente o Gabinete inglês, que se mostrava muito inquieto e receoso de alguma atitude violenta ou precipitada da França. Falava-se muito em que, dentro em breve, haveria reunião de novo Congresso europeu, especialmente para discutir tais negócios, e Chateaubriand, que já se havia lamentado de não ter ido ao de Laybach, reunido de fins de 1820 a começos de 1821, logo se esforçava por obter sua designação como delegado da França na nova assemblêia.

Em suas *Memórias*, êle confessou que sua cabeça estava então cheia daquele assunto e dizia que sonhava com um plano honroso para a França. Por isto mesmo, desejava ir a Verona, onde se celebraria o Congresso em causa. Havia escrito, a 24 de maio, a Mathieu de Montmorency, a fim de lhe manifestar francamente aquêlê desejo, mas nada conseguira. Villèle, a quem também se dirigira, acolhera melhor sua aspiração, talvez por não concordar muito com o ponto de vista de Montmorency. Para maior garantia de êxito, escreveu então, separadamente, a Mme Récamier e a Mme de Duras, ambas muito relacionadas nas altas rodas de Paris, a fim de que cada uma das duas o auxiliasse na pretensão. A Mme Récamier reiterou depois o pedido, expondo-lhe, sem rodeios, seu pensamento: «É preciso meter-lhes na cabeça que, se o próprio Mathieu [referia-se ao visconde de Montmorency] não vai ao Congresso, — no que, politicamente, faria mal, — não

há ninguém que deva ser ali enviado, exceto eu. Mas, se Mathieu vai ao Congresso, por que não terei a pasta dos Negócios estrangeiros, interinamente?»

Só a 31 de agosto, recebeu afinal a notícia de que Montmorency, «com muita má vontade», concordara com a sua nomeação como um dos delegados franceses ao dito Congresso. De fato, parece que o visconde nutria alguma prevenção pessoal contra êle e que foi Villèle quem mais influiu para que Chateaubriand fôsse designado como adjunto do próprio Montmorency, por imaginar que êle exerceria, sobre êste, papel moderador. Da delegação, fariam parte igualmente os embaixadores em Viena e S. Petersburgo e o ministro em Berlim.

A 8 de setembro, Chateaubriand deixava Londres, para ir passar um mês em Paris, antes de se dirigir a Verona.

O Congresso fôra previsto, ao comêço, para regularizar definitivamente a situação da Itália. Logo, porém, se viu que as cousas na Espanha se haviam agravado a tal ponto que se fazia mister dar-lhes urgente solução.

Em 1820, Fernando VII fôra forçado a aceitar e jurar a Constituição de Cádiz, de 1812, e convocar as Córtes. Fizera-o, não só contra a própria vontade, mas ainda com o ânimo de não cumprir o juramento dado.

De então por diante, a situação ali só se havia agravado. O país debatia-se em meio de tendências políticas divergentes, enquanto as sociedades secretas agiam na sombra e um grupo de anarquistas, chamados *los descamisados*, procurava aumentar a confusão geral.

Em 1822, a agitação reinante bem depressa se transformara em guerra civil. Durante alguns dias, o fraco e pusilânime Fernando VII esteve prisioneiro de amotinados, sua vida pareceu ameaçada e a idéia de intervenção estrangeira na Espanha se desenvolveu fora do país.

Na França, era natural que os governos da Restauração receassem que o movimento revolucionário atravessasse a fronteira e se propagasse ao território francês. Por sua parte, a Santa-Aliança não podia deixar de sentir a necessidade de apagar aquêle perigoso foco revolucionário, que tinha entre os seus desígnios o de combater o absolutismo.

Dáí terem as potências européias decidido examinar cuidadosamente a questão espanhola, no Congresso que se abriria em Verona no mês de outubro de 1822.

Constituída a delegação francesa, foram-lhe dadas instruções no sentido de empregar todos os esforços em favor da manutenção da paz. Se, por desgraça, fôsse indispensável a intervenção, a França só deveria agir quando chegasse a sua hora, mas com plena liberdade e não como mandatária da Europa. Em todo caso, tal ação poderia ou, antes, deveria ter a garantia de apoio moral e, até, de apoio material das outras potências européias, se, por acaso, a França o reclamasse.

Como quer que fôsse, Villèle não desejava de modo algum a guerra, até porque, como homem prudente e metódico e bom conhecedor dos recursos do país, calculava o sacrificio financeiro que dêste seria preciso exigir e que interromperia o esforço reparador a que a França se estava dedicando. Além disso, compreendia que a Inglaterra, muito embora sua política externa houvesse passado das mãos de Castlereagh às de Canning, não veria sem desconfiança o retôrno da França ao papel de grande potência.

Era inegável, porém, que a prolongação da anarquia na Espanha oferecia perigos para a França e poderia levar a Inglaterra a querer implantar-se nas colônias espanholas da América. Esta última suspeita, como se sabe, foi também nutrida pela Inglaterra contra a França, quando se opôs à intervenção francesa na Espanha.

Em Verona, aonde Chateaubriand chegou a 13 de outubro, o Congresso reunia alguns soberanos e vários de entre os mais eminentes estadistas europeus da época.

Nosso grande homem parecia encantado, em tal meio. O trabalho ser-lhe-ia talvez enfadonho; mas o que importava era que, afinal, lhe era dada a oportunidade de representar um papel e brilhar, num grande cenário mundial.

Segundo algumas testemunhas, êle não foi ali muito bem acolhido, não foi muito escutado, não lhe deram a atenção a que se julgava com direito. Êle mesmo como que o confessou em seu livro sobre o Congresso, quando, depois de se referir ao embaixador francês em Nápoles, que apparecera como visitante e fôra ali objeto de pouco caso, «por causa de suas opiniões liberais», — escreveu que êle, Chateaubriand, não fôra muito mais estimado do que aquêle seu colega, mas fôra «mais tímido».

Havia, contudo, um daqueles soberanos que lhe dispensava atenção especial, de certo porque as respectivas idéias coincidiam, de algum modo, no tocante ao problema da intervenção na Espanha: era Alexandre da Rússia.

Na agenda do Congresso, figuravam vários tópicos. O mais importante ou, pelo menos, o que exigia mais pronta solução era o dos perigos decorrentes da revolução espanhola, assunto sobre o qual Chateaubriand possuía idéias próprias.

A seu ver, seria difícil resolvê-lo sem a guerra. Esta — escreveu êle — já era prevista muito antes da reunião de Verona. Realmente, pareciam-lhe um perigo, que cumpria evitar a todo transe, as idéias subversivas reinantes e postas em prática ao sul dos Pireneus. Tais idéias — disse — «ameaçavam reanimar, na França, excessos reprimidos pelo despotismo de Bonaparte, mas favorecidos pelas novas instituições». Por isto, desde a sua Embaixada em Londres, havia falado a Montmorency sobre a possibilidade de semelhante guerra. «Dois sentimentos» — escreveu — «nos tinham constantemente atormentado desde a Restauração: o horror dos tratados de Viena e o desejo de defender o trono e de emancipar a França». Ora, na Espanha, êle viu um campo propício à realização de um desses intuitos, isto é, o do reergui-

mento do exército, o qual, logicamente, conduziria à revisão dos tratados. Na verdade, ali estava, conforme dizia, um «verdadeiro campo de batalha», onde a França poderia, «com grandes perigos, mas com grande honra», refazer seu poder político e sua força militar.

Villèle, no entanto, era contrário às hostilidades, porque, segundo Chateaubriand, «não percebia que a legitimidade morria por falta de vitórias, após os triunfos de Napoleão e, sobretudo, após a transação diplomática que a tinha desonrado», — isto é, os tratados de Viena. Assim, Chateaubriand reivindicava altamente para si a honra de haver provocado a intervenção e desencadeado a guerra. «O grande assunto do Congresso de Verona» — disse êle no volume a êste dedicado — «foi a guerra da Espanha. Tem-se dito e ainda se repete que essa guerra foi imposta à França: isto é precisamente o contrário da verdade. Se há um culpado nesse memorável empreendimento, êsse culpado foi o autor desta história». E adiante confessou não ter sido o Congresso quem levou a França à guerra. Com efeito, a Prússia, a Áustria e a Inglaterra eram muito opostas à guerra. Só a Rússia a aprovava e oferecia à França, além do apoio moral, que chegou também a ser prometido pela Prússia e a Áustria, até, se preciso, auxílio material.

Durante o Congresso, Montmorency, levado talvez pelo ciúme contra Villèle, alçado à presidência do Ministério, e impressionado com as sugestões do czar Alexandre, franco partidário da intervenção, começou a ceder a idéias que contrastavam bastante com as instruções de que fôra portador.

Entretanto, era forte a opposição inglêsa, expressa pela voz de Wellington. «A Inglaterra acreditava então» — disse Chateaubriand — «que, se entrássemos na Península, estaríamos perdidos». Aliás, era também esta — acrescentava — a opinião de todo o partido liberal na França e a de todos os estadistas do Império,

pois «não podiam crer que um velho rei enfermo e sem exército tivesse êxito onde Napoleão havia falhado».

Os verdadeiros sentimentos da Inglaterra, a tal respeito, não seriam apenas êsses. Certo, ela duvidaria do êxito da empresa. Mas sua opposição não proviria disto, e sim de que não poderia ver com agrado o fato de sua velha inimiga assumir de novo posição de relêvo na política européia. Por outro lado, estaria talvez no cálculo britânico o proveito que poderia ela, Inglaterra, retirar da continuação da anarquia na Espanha, a qual lhe facilitaria sua própria instalação nalguma das colônias revoltadas, ou lhe proporcionaria vantagens comerciais nas mesmas.

A posição da Rússia era completamente diversa. O tzar, sempre imbuído dos princípios da Santa-Alliança, subordinava tudo aos interesses dos soberanos legítimos e via na revolução espanhola uma ameaça a tais interesses.

Dos outros grandes parceiros, a Prússia pouco contava; a Áustria mantinha uma atitude intermédia. O que, no momento, mais interessava a Metternich, ali presente, era obter liberdade de ação na Itália, sobre a qual queria assegurar a dominação austríaca. A efervescência dos povos, em geral, causava-lhe apreensões e, por isto mesmo, não podia encarar sem cuidados o que ocorria na Espanha. Mas receava as conseqüências de uma atitude muito independente da França, sobretudo apoiada pela Rússia. Êste o motivo por que desejava evitar a guerra. Se, contudo, fôsse indispensável a intervenção, admitia que se confiasse esta à França, mas como delegada da Santa-Alliança.

No Congresso, Chateaubriand manteve-se, ao comêço, um pouco afastado, sem se consolar, de certo, de estar em posição subordinada. Em longos officios a Villèle, porém, defendia a necessidade da guerra, mas de uma guerra só francesa, resolvida depressa e depressa terminada. Instigava então o presidente do Conselho a aproveitar — dizia — «uma ocasião talvez única de recolocar a França na categoria das potências militares e de rea-

bilitar o tope branco, numa guerra curta, quase sem perigo». Villèle, no entanto, resistia. Não se convencera ainda da necessidade da intervenção e não admitia que esta viesse a ser feita por injunção das potências.

Montmorency também hesitava, mas pouco a pouco e cada vez mais se sentiu acuado a aceitar o princípio da intervenção. Procurou, então, e obteve, garantias preciosas da Rússia, da Áustria e da Prússia. Constaram as mesmas de um protocolo, no qual as três potências declaravam as circunstâncias em que se considerariam obrigadas a agir em comum com a França. Três dias depois, a 22 de novembro, regressava a Paris, deixando Chateaubriand à frente da delegação francesa.

O protocolo fôra indiscutivelmente um êxito e, por isto, mal chegava Montmorency à capital, Luís XVIII lhe conferia o título de duque. Um mês mais tarde, todavia, o Conselho de Ministros, sob a inspiração de Villèle e com a aprovação do mesmo rei, repudiava, de certo modo, os atos do ex-chefe da delegação, no Congresso, considerando que o acôrdo ali obtido podia assumir o aspecto de subordinação às potências. Montmorency, sentindo-se melindrado, pediu demissão.

Em Verona, Chateaubriand, que passara ao primeiro plano, pouco mais teria que fazer. Desenvolvia, no entanto, certa atividade, em cartas a Villèle, para não deixar perder-se o resultado a que se chegara e não ser detida a empresa a que ligava a salvação e a honra da França.

Villèle receava evidentemente as conseqüências do acôrdo ajustado por Montmorency e mostrava desejos de recuar. Êle e Chateaubriand tinham, sobre o assunto, idéias bem distintas. O segundo disse-o, com tôdas as letras: «Nós queríamos a guerra; êle queria a paz». O curioso é que Villèle, apesar de conhecer bem os sentimentos de Chateaubriand, lhe ofereceu a sucessão de Montmorency e, por fim, se viu arrastado à guerra, que sempre quisera evitar.

Enquanto um cedia, o outro sabia impor-se. Este último, ainda quando fingia recusar a posição ambicionada, conseguia provar que era o homem indicado para o lugar. Assim ocorreu naquela ocasião, pouco após seu regresso a Paris, ao responder em carta, a Villèle, que não podia aceitar a pasta oferecida. «Essa longa carta» — disse Herriot — «é uma obra-prima de habilidade: no momento mesmo em que parece recusar, Chateaubriand se esforça por demonstrar quanto êle próprio é necessário».

Dess'arte chegava enfim, no dia 1º de janeiro de 1823, ao alvo de velha ambição: a de ser ministro dos Negócios estrangeiros. O rei, cedendo à indicação recebida do presidente do Conselho, fizera a nomeação, mas de mau grado. É que êle continuava a dedicar ao novo Ministro a ojeriza nascida em 1815, ao aparecer «La Monarchie sous la Charte». Chateaubriand procurava, porém, explicar aquêle sentimento do soberano por motivo singular, mas que só o honraria: «Luís XVIII» — escreveu êle — «nos detestava, porque tinha contra nós ciúme literário. Se não tivesse sido rei, êle teria sido membro da Academia, e seu espírito estava dominado pela antipatia dos clássicos contra os românticos».

Vangloriava-se, entretanto, de que chegara afinal a agradar ao monarca, mais do que se poderia imaginar, a ponto de causar ciúmes. Conseguira isto de maneira bem simples: nas reuniões do Conselho de Ministros, Sua Majestade, quando não adormecia — o que era freqüente — contava histórias, com um talento de mímica extraordinário, e êle, Chateaubriand, muito se divertia com aquilo, rindo-se gostosamente, enquanto os colegas escutavam silenciosos. O rei ficava encantado com a sua atitude e, aparentemente, passara a dispensar-lhe mais consideração.

Logo que se instalou no Ministério dos Negócios estrangeiros, Chateaubriand retomou as idéias que já o tinham preocupado em Londres e Verona: a estabilidade da Restauração pelo prestígio

de suas armas, e a grandeza da França, pela destruição dos tratados de 1815.

Desde o comêço, a questão da Espanha absorveu-o. Dias antes, a 26 de dezembro, já o Govêrno francês havia dirigido enérgica nota ao govêrno espanhol, a qual terminava pela ameaça de ruptura, caso êste último não se libertasse das influências anárquicas que sôbre êle pesavam.

Dali à ruptura definitiva só restava um passo, que Chateaubriand deu com prazer.

A 28 de janeiro, o rei fazia no Louvre, perante o Parlamento, a sua famosa declaração de que cem mil Franceses, comandados por um príncipe da família real, estavam prestes a marchar, «para conservar o trono da Espanha a um neto de Henrique IV». Era o anúncio oficial da guerra, da guerra ardentemente desejada por Chateaubriand e que êste nunca cessara de justificar: «A guerra não foi injusta» — escreveu, ainda quinze anos depois; «tínhamos o direito de empreendê-la: nossos interêsses essenciais estavam em perigo».

O fato deu lugar, na França, a debates parlamentares tumultuosos. A 26 de fevereiro, o ministro dos Negócios estrangeiros respondia a oradores da opposição, ao fazer seu primeiro discurso na Câmara dos Deputados. Defendeu, então, o direito de intervenção, sob duas alegações: a de que o movimento revolucionário, no país vizinho, ameaçava estender-se à França; e a de que a manutenção de um exército de observação, na fronteira, seria tão onerosa como a guerra. Acrescentou que a França tinha o dever de salvaguardar a obra de Luís XIV e, assim, estando aberta a sua fronteira ao norte, cumpria ao menos conservá-la garantida ao sul. Por último, voltou ao seu argumento preferido: era preciso reconciliar a França antiga e a nova França, sob armas vitoriosas.

Fôsse como fôsse, a guerra não era vista com simpatia pelo país, exceto pelos *ultras*. Mas ela se fêz e foi rápida.

A 7 de abril, o exército francês, sob o comando supremo do duque d'Angoulême, atravessava o Bidassoa e penetrava na Espanha, sem encontrar oposição da parte da população, nem qualquer sério obstáculo militar. A 24 de maio, o duque d'Angoulême entrava em Madrid. Em poucos meses, estava tudo terminado e Fernando VII restabelecido no trono. Referindo-se a essa fácil vitória, Chateaubriand elogiaria mais tarde, em suas *Memórias*, aquêlê feito, que qualificava como prodigioso e como obra sua: o novo exército francês vencera no mesmo terreno em que outrora os exércitos de um conquistador haviam sofrido reveses; realizara, em seis meses, o que o dito conquistador não conseguira em sete anos. Salientaria, ao mesmo tempo, — naturalmente para fazer avultar o valor da vitória, — que tivera que se haver não só com uma França inimiga dos Bourbons, mas ainda com dois grandes ministros dos Negócios estrangeiros, os quais tinham procurado contrariá-lo, por tôdas as formas.

Ao chegar o despacho telegráfico que anunciava a libertação do rei de Espanha, Chateaubriand, com outros ministros, acorrera ao palácio real, para se congratular com o soberano. A frieza com que foi acolhido, e cuja razão não nos explicou, deu-lhe o pressentimento de sua próxima queda.

A verdade é que, entre êle e Villèle, as divergências e a rivalidade se haviam acentuado. A guerra, a «sua» guerra, tinha-o envaidecido tanto que já não queria reconhecer a superioridade hierárquica do presidente do Conselho. Ora, entre os dois, o rei preferia, naturalmente, êste último, que lhe merecia inteira confiança, ao passo que via sempre o outro com mal dissimulada antipatia.

Em princípios de 1824, Villèle, com o apoio real, pretendeu, apesar de forte oposição, obter autorização parlamentar para converter os títulos de renda de 5% em títulos de 3%. O projeto governamental foi, porém, derrotado na Câmara alta. Durante os debates, Chateaubriand conservara-se calado, displicentemente.

Dizem que Luís XVIII considerou tal atitude como equivalente a uma traição. E em junho, no dia de Pentecostes, Chateaubriand já se achava no Palácio das Tulherias, para apresentar suas homenagens ao soberano, quando, imprevisivelmente, recebeu sêco bilhete de Villèle, que lhe comunicava sua demissão. Sua indignação foi imensa, não tanto talvez por se ver pôsto fora do governo, quanto pela maneira brutal por que o tinham feito.

Atribuiu o fato, primeiro que tudo, a seu êxito na Espanha: a guerra — contou êle — não era popular nem na França, nem na Europa, e, por isto, não lhe fôra perdoada.

Sua vingança, porém, foi pronta e enérgica. Iniciou logo, contra o governo, uma campanha de imprensa, no «Journal des Débats», a qual duraria anos.

Em fins de 1827, Villèle, cuja impopularidade crescera bastante, obteve de Carlos X, que subira ao trono em 1824, a dissolução da Câmara dos Deputados. As eleições foram-lhe desfavoráveis, vendo-se êle forçado a deixar o Ministério. Chateaubriand rejubilou e, referindo-se mais tarde àquela época, escreveu ter chegado, então, ao apogeu de sua carreira política: «Pela guerra da Espanha, eu tinha dominado a Europa; mas uma oposição violenta me combatia em França. Após minha queda, tornei-me, no interior, o dominador reconhecido da opinião».

Sua decepção, no entanto, foi grande, porque Carlos X, que não o tolerava, não permitiu que êle fôsse o chefe do novo Gabinete ou neste tivesse, ao menos, a pasta dos Negócios estrangeiros, por êle desejada como uma espécie de reparação pelo que sofrera em 1824. Em todo caso, por indicação sua, um de seus amigos, Hyde de Neuville, teve o Ministério da Marinha.

Ao mesmo tempo, foi-lhe oferecida uma grande Embaixada: a de Roma, — o que seria um meio de lhe dar certa satisfação e de o afastar para longe. Conforme se esperava, êle a aceitou: «Esta palavra de Roma» — contaria, anos depois, — «teve sôbre

mim um efeito mágico; experimentei a tentação a que os anacoretas eram expostos no deserto; consenti em afastar-me. Pelo menos, dessa vez o exílio me agradava». Voltaria assim à Cidade Eterna, entre cujas ruínas, escreveu, «o espetáculo era triste, sem dúvida, mas onde se encontrava a história, e o silêncio do presente não deixava senão ouvir melhor o ruído do passado».

A 14 de setembro de 1828, parte enfim para Roma, acompanhado por Mme de Chateaubriand.

Quando chegasse à cidade dos Papas, haveria de persegui-lo ainda a recordação de Pauline de Beaumont. Depois desta, porém, quantas outras não tinham enchido o seu inconstante coração? Não é sabido, por exemplo, que até em meio das preocupações que durante seu período ministerial lhe acarretava a guerra da Espanha, andou êle vivamente enamorado de uma jovem condessa, circunstância que determinou prolongado afastamento e quase rompimento da fiel e dedicada Mme Récamier?

Entretanto, ao voltar a Roma, já havia conseguido, desde muito, fazer as pazes com a doce e encantadora reclusa da Abbaye-aux-Bois, a quem parecia estar redobrando as manifestações de afeto. Mal partia e já lhe escrevia: «Creio que nada na vida poderá mais distrair-me, nem separar-me de ti... É preciso que acabemos nossos dias juntos». E terminava: «Mil ternuras a meu anjo».

A idade — êle já contava sessenta anos — não fazia arrefecer aquêle ardor.

Juliette, que, com quase cinqüenta e um, também já estava longe da mocidade e com cabelos brancos, «continuava a amá-lo com uma afeição talvez menos apaixonada» — diz-nos Herriot — «mas tão sincera e profunda como sempre».

No trajeto de Paris a Roma, Chateaubriand mandou e repetiu ternos apelos a seu «anjo» para que fôsse encontrá-lo, sem demora, na Itália, apelos que reproduziria, depois, com freqüência, durante a permanência na Cidade Eterna. As cartas que lhe dirigiu de Roma, — escrevia-lhe três vêzes por semana, — formam

curiosa coleção, na qual se revela o seu espírito romântico, o seu temperamento apaixonado, a sua grande imaginação, ao mesmo tempo em que se vêem contados os fatos mais importantes das relações políticas e sociais do embaixador. Das respostas de Juliette, pouco se conhece; aliás, ela não era muito dada a escrever cartas. De fato, era antes por bilhetes, curtos e raros, que respondia às longas missivas de Chateaubriand.

Êste chegou a Roma na segunda semana de outubro de 1828, ao que parece no dia 10. Poucos dias depois, era recebido pelo Soberano Pontífice, então Leão XII. Escrevendo a seu respeito a Juliette, dizia: «Vi o Papa: é o mais belo príncipe e o mais venerável padre do mundo. Conversou comigo muito tempo. Ê cheio de nobreza, de doçura, de conhecimento do mundo e dos assuntos. Fiquei encantado». Semanas depois, ainda se referindo ao Santo Padre, escrevia: «Passei ontem uma hora com o Papa. Falámos de tudo e dos mais altos e mais graves assuntos. Ê um homem muito distinto e muito esclarecido, e um príncipe cheio de dignidade e de graça. Às aventuras de minha vida política só faltava estar em relações com um soberano pontífice; isto completa a minha carreira».

O suave e ascético Leão XII morreu em começos de fevereiro de 1829. Chateaubriand empenhou-se imediatamente em fazer um novo Papa, tão bom e que o estimasse tanto como Leão XII; um Papa que êle pudesse qualificar como «seu». O trabalho, nesse sentido, foi grande.

Em officio ao conde de Portalis, a 17 de fevereiro, já mencionava os Cardeais papáveis e admitia que entre êstes pudesse figurar também o Cardeal Castiglione, depois eleito. Perguntava, então, se o govêrno de França quereria lançar mão do direito de veto, que confessava um tanto odioso. Em março, dizia ter dado uma lista de candidatos aos Cardeais francezes que haviam entrado no Conclave, lista da qual também constava o nome daquele Purpurado. Receando, contudo, a eleição do Cardeal Albani (que seria o Secretário de Estado do novo Papa), havia confiado ao

Cardeal de Clermont-Tonnerre uma declaração de veto contra o mesmo Albani, a qual, por desnecessária, não chegou a ser apresentada.

Dias antes, em carta a Mme Récamier, gabara-se de haver conquistado a metade do Conclave, com o discurso que a êste dirigira. Esperava fazer outro discurso, que lhe poderia dar os votos ainda necessários para obter a maioria em favor de um candidato simpático à França.

O Cardeal Castiglione, cuja candidatura ao sólio pontifício êle dizia ter apoiado quando ministro dos Negócios estrangeiros, por ocasião do Conclave de 1823, e que, com grandes elogios ao embaixador de França, respondera a um dos aludidos discursos, foi eleito Papa a 31 de março e tomou o nome de Pio VIII. No mesmo dia, Chateaubriand cantava vitória, em carta dirigida a Juliette, lembrando-lhe que o novo Pontífice havia figurado em sua lista de candidatos. Afirmava, em seguida, que Pio VIII era moderado e amigo da França. Considerava, enfim, sua eleição como um «triumfo completo», esquecido talvez de que, em cartas anteriores, indicara outros nomes como mais merecedores de sua preferência.

Dois dias depois, insistia em falar em «seu triunfo», dizendo que o Soberano Pontífice passara a ser chamado «o Papa francês».

Pio VIII escolheu para Secretário de Estado o Cardeal Albani: era uma espécie de satisfação à Áustria. Entretanto, antes do fim de abril, Chateaubriand já escrevia: (Estou) «encantado com o meu Papa e até com o Secretário de Estado».

Na verdade, o seu maior êxito, com referência à eleição do novo Pontífice, parece ter sido a obtenção de um diário oficial e secreto do Conclave, documento realmente único, que êle se apresou em comunicar ao conde de Portalis, traduzido do original italiano, com supressão apenas do que poderia denunciar sua origem. «O rei verá» — dizia Chateaubriand, no ofício confidencial com que enviou o referido diário a seu govêrno — «O rei verá, pelos documentos que transmito, o que jamais se viu: o

interior de um Conclave. Os sentimentos mais íntimos da Côrte de Roma lhe serão conhecidos e os ministros de Sua Majestade não marcharão na sombra». O original fôra queimado em Roma, sob as suas vistas.

Mês e meio depois, deixaria Roma para sempre. Sua missão havia durado apenas sete meses. Além do trabalho desenvolvido em tôrno do Conclave, pouco teve digno de nota. Deu-lhe, porém, o ensejo de redigir e mandar ao seu govêrno, em 30 de dezembro de 1828, uma memória política muito apreciada, sôbre a questão do Oriente, documento no qual pleiteava uma aproximação maior com a Rússia, como meio de se obter para a França uma boa fronteira, ao norte. «A capital da França» — dizia — «só estará abrigada quando possuírmos a margem esquerda do Reno».

Durante sua estada em Roma, Chateaubriand insistira muito, na correspondência com Mme Récamier, em seu grande desejo de a rever, de se encontrar de novo a seu lado, dentro do mais breve prazo possível. Perto do fim, porém, já não manifestava a mesma ânsia. Em 28 de abril de 1829, por exemplo, escrevendo à própria Juliette, dizia esperar pacatamente a licença pedida, que lhe permitiria ir a Paris, mas hesitava no partido a tomar: não sabia se deveria fazer uso de tal licença ou se não seria mais útil ficar em Roma, aonde Juliette poderia ir encontrá-lo. Talvez fôsse êste, acrescentava, o melhor alvitre.

A 30, respondendo a uma carta de Mme Récamier, dizia-lhe: «Apesar de tua impaciência, penso que, para ti e para mim, é melhor e mais digno nada precipitar. Ainda uma vez, que iria eu fazer em Paris?» E apresentava várias desculpas para se justificar da falta de pressa.

A causa da mudança súbita foi atribuída ao encontro inesperado de uma criatura nova e bela, que, a 18 de abril, sábado da Aleluia, o visitou e, num instante, o pôs a seus pés. A heroína do novo romance de amor chamava-se Hortense Allart, tinha apenas 27 ou 28 anos de idade, escrevia romances e dizem que se jactava,

inescrupulosamente, de haver feito a conquista de todos os homens célebres de seu tempo.

Chateaubriand não resistira à sedução: no dia seguinte, retribuía-lhe a visita.

Mas o volúvel embaixador não deixava de ser cauteloso: os rumores de seus encontros com a loura e jovem criatura podiam chegar a Paris. Por isto, a 25 de abril apressava-se em escrever à boa Juliette: «A famosa Mlle Allart apareceu-me, recomendada por Mme Hamelin. Deu-me a impressão de ser muito singular, bonitinha, espirituosa, mas de espírito pouco natural. Escreve um novo romance e vai partir para Nápoles».

Afinal, em maio, Chateaubriand decidiu-se a utilizar-se de sua licença e, no meado do mês, deixou a Cidade Eterna. Antes de partir, escreveu uma última carta dali à reclusa da Abbaye-aux-Bois. Já estava a sentir a nostalgia de Roma, «tão cheia de interesse e de recordações». Talvez se sentisse tão afeiçoado àquele lugar, em virtude do «êxito inesperado» que obtivera: «cheguei no meio de tôdas as prevenções contra mim e venci tudo» — dizia. E acrescentava ser intenção sua ir buscar Juliette, para voltar com ela a Roma: como embaixador ou não, era ali que queria morrer, ao seu lado.

Isto não o impediu de, um mês depois, andar às voltas com Hortense Allart, que regressara de Roma a Paris, nem de ceder aos encantos da marquesa de Vichet, já madura, mas ainda bela, — comprovando assim a fama de ter vivido sempre «à busca de novas impressões»...

Em agosto, com a subida ao poder do príncipe de Polignac, Chateaubriand demitiu-se do cargo de embaixador, pondo assim termo à sua carreira diplomática.

Em agosto, com a subida ao poder do príncipe de Polignac, Chateaubriand demitiu-se do cargo de embaixador, pondo assim termo à sua carreira diplomática.

Sempre esteve ligada a esta, como vimos, a sua carreira política, da qual a primeira foi uma espécie de derivativo. Em todo

caso, só deu por finda a sua vida política dois anos depois, com a vitória da revolução de julho. Despojou-se então, nobremente, de tôdas as suas dignidades, inclusive do título de par de França, — apesar das dificuldades financeiras em que se debatia. Seu comportamento nessa conjuntura, escreveu Herriot, não deixou de ter grandeza. Era nas circunstâncias difíceis da vida que êle se mostrava por inteiro, «com sua paixão pela fidelidade e seu culto da honra».

*
* *

Conforme se viu, a parte da diplomacia, na vida de Chateaubriand, foi pequena e acidental, e como que dominada sempre pelo seu espírito romântico.

Secretário em Roma, ministro em Berlim, embaixador em Londres, ministro dos Negócios estrangeiros e, por último, embaixador em Roma, — êle foi sempre o mesmo. Paléologue definiu-o muito bem, dizendo: «Quando se tenta delinear Chateaubriand sob os traços do homem de Estado; quando o imaginamos, em suas diversas funções diplomáticas, com seu rosto, suas atitudes, seus gestos, seu temperamento, seu caráter, suas idéias, percebemos que o romantismo é o que faz a originalidade de sua fisionomia». Assim, «diplomata ou literato, Chateaubriand foi sempre um romântico».

Mas não foi apenas isto. Ainda em seu romantismo, nunca pôs de lado um egoísmo excessivo, um grande orgulho, uma vaidade imensa e uma eterna insatisfação, revelada na inconstância de seus amores e no tédio que o dominava. «Meu defeito capital» — confessou — «é o tédio, o desgosto de tudo, a dúvida perpétua».

Dizem que a mais forte ambição de sua vida foi a ambição política. Esta, porém, tinha por base a convicção íntima de seu valor, a importância que dava à sua própria personalidade. Era, por isto, levado muitas vezes a exagerar os resultados de sua ação. Daí o ter escrito, por exemplo: «Meus trabalhos de diplomata foram sancionados pelo que é reconhecido como a habilidade su-

prema : isto é, pelo êxito». Daí também o orgulho incontido com que declarou : «Tive a honra de ser despojado três vêzes pela legitimidade : a primeira, por ter seguido o filho de São Luís em seu exílio ; a segunda, por ter escrito em favor dos princípios da monarquia *outorgada* ; a terceira, por me haver calado com relação a uma lei funesta, no momento em que eu acabava de fazer triunfar nossas armas». Aludia, nestas últimas palavras, à campanha da Espanha, «que tinha dado soldados à bandeira branca» e que considerava o seu maior título de glória, em matéria política. Essa campanha fôra para êle, na carreira política — dizia — o que tinha sido o «Gênio do Cristianismo», na carreira literária. Ganhara aquela partida — acrescentava — contra dois grandes adversários : Metternich e Canning. E afirmava, com segurança, que, se o tivessem deixado concluir o seu trabalho, o curso dos destinos de seu país teria mudado: a França teria recuperado suas fronteiras, o equilíbrio europeu teria sido restabelecido, a Restauração teria sido gloriosa, podendo assim durar ainda longos anos, e sua própria obra diplomática teria sido contada como marcando época na história da França. A carreira literária, como só dêle dependera, fôra completada e produzira o que devia produzir. A carreira política fôra súbitamente interrompida, no meio do êxito, porque dependia de outros.

Aí está o homem, pintado por si mesmo, em todo o seu orgulho e sua vaidade.

Seja como fôr, é inegável que lhe não faltou talento político, nem lhe escasseou habilidade diplomática, embora esta e aquêle tivessem tido poucas oportunidades de se exercer, dado o afastamento dos negócios públicos em que o mantiveram quase sempre, durante sua carreira política, e o pouco tempo em que serviu na diplomacia.

Êsse pouco tempo bastou, entretanto, para que evidenciasse algumas faces do seu gênio brilhante e multiforme e, especialmente, do seu temperamento inquieto e sedutor, apaixonado e sedento de novas impressões, exuberante e sentimental.

